

REFLEXÕES SOBRE UMA ATER AGROECOLÓGICA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, RECIFE-PE

SOUSA, Iara Fonseca¹

Bióloga, Ms. em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (UFSCAR, Araras-SP);
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades- Ecologia Aplicada, ESALQ-
CENA/ USP, iarafonsousa@yahoo.com.br.

Este artigo trata da experiência de extensão rural agroecológica conduzida pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, Recife-PE, nos assentamentos rurais da região da Zona da Mata de Pernambuco. Propõe-se a analisar a práxis da instituição com o intuito de buscar elementos de reflexão sobre as potencialidades e desafios da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil no recente direcionamento para a agroecologia. Para isso, partiu-se da análise sobre a concepção e pressupostos que embasam a ação, os métodos adotados, as potencialidades e desafios indicados pelas (os) profissionais envolvidas (os) nos trabalhos. Pode-se verificar a relação da agroecologia com um projeto político de sociedade, muito vinculado às pautas dos movimentos sociais; a associação entre identidade, cultura e território com a manutenção da agrobiodiversidade e sustentabilidade socioambiental; adoção de métodos participativos e dialógicos; potencialidades relacionadas com o alcance da soberania alimentar e desafios com a construção da autogestão das propriedades como forma de dissociação das famílias com o trabalho assalariado. Constata-se que a extensão agroecológica conduzida pela instituição busca a transformação do atual cenário socioambiental e político por meio de um método de trabalho orientado à participação democrática e contextualização histórico cultural, com objetivos de empoderamento e autonomia das famílias do campo. Essa constatação permite aferir que as políticas públicas de Ater agroecológica devam se orientar mais a para a construção de processos horizontais de comunicação e construção de conhecimentos e práticas, do que pela promoção de oportunidades de inserção ao mercado e reprodução do modelo desenvolvimentista no campo.

Palavras chave: Extensão Rural, Agroecologia, Participação Democrática.

Introdução

“Pela mudança de perspectiva e de escala, a utopia subverte as combinações hegemônicas do que existe, destotaliza os sentidos, desuniversaliza os universos, desorienta os mapas. Tudo isso com um único objetivo de descompor a cama onde as subjectividades dormem um sono injusto” (SANTOS, 2006:325).

A condição primordial para a existência de uma utopia é o inconformismo, a inquietação e discordância sobre algo. A utopia refere-se à um estado antagônico, oposto ao dela, o que nos permite afirmar que há diversas, múltiplas utopias, como resultado de diferentes inconformidades, diferentes desejos por mudanças. Contudo, as utopias talvez sempre sejam compartilhadas e coletivas, visto serem respostas a um estado de organização sociocultural, definitivamente, coletivo. Em outras palavras, as ideias não são independentes do contexto à que lhe deram origem.

A questão torna-se mais complexa quando inicia-se um processo global/universal estruturante das relações humanas com o ambiente. Segundo Santos (2006), a globalização da economia e as interações transnacionais do fim do século XX conferiu ao espaço-tempo mundial uma relevância crescente em virtude do poder conformador de suas vibrações no interior de cada um dos restantes espaço-tempo (doméstico, produção e cidadania), resultando entre outros vetores, na explosão demográfica, na globalização da economia e na degradação ambiental.

A globalização de um modelo de desenvolvimento, que inclui todo um sistema cognitivo, ideológico e institucional subjacente, torna-se o responsável pelas atuais questões socioambientais globais: degradação ambiental, miséria, fome, exploração do trabalho humano, violência, entre outras mazelas¹.

Qual seria uma utopia resultante desse modelo de desenvolvimento e de sociedade? Poderíamos considerar a agroecologia enquanto um movimento contra hegemônico, propulsor de uma mudança paradigmática do desenvolvimento?

A agroecologia enquanto um saber ambiental do campo da complexidade e fundamentado em um novo paradigma que exige a abordagem interdisciplinar e o diálogo de saberes (FLORIANI & FLORIANI, 2009).

De acordo com Caporal (2009), a AE, como matriz disciplinar, se encontra no campo do que Morin (1999:33) identifica como do “pensar complexo”, onde o pensamento complexo é aquele que se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações. Desta forma, a agroecologia não se enquadra no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois reconhece que nas relações do homem com outros homens e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas científicas, com os saberes tradicionais, para enfim, dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a experiência do Centro Sabiá (CS) no campo da extensão rural agroecológica, visto o histórico de atuação e reconhecimento da

¹ No filme *Home*, é possível ver o impacto da ação humana no planeta Terra que, em menos de um século, conseguiu alterar o equilíbrio inerente aos ecossistemas, o regime hídrico, climático, a biodiversidade e as relações humanas.

instituição neste campo², partindo desde a concepção adotada de agroecologia até os resultados e desafios advindos de suas ações. Com isso, espera-se encontrar subsídios para a reflexão sobre as orientações político institucionais nacional referentes à Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, no direcionamento para a agroecologia.

A justificativa para tal empreitada recai sobre a investigação do movimento da agroecologia enquanto um paradigma emergente. Como a agroecologia é colocada em prática? Quais elementos são decorrentes de sua consolidação (em diferentes níveis de escala)? Em que circunstâncias e medidas concretiza-se a complexidade invocada pela agroecologia? Quais objetivos e diretrizes devem se fazer presentes numa política pública de Ater agroecológica?

Para desenvolver esta reflexão o artigo traz a experiência do CS, com a apresentação e discussão de sua forma de atuação e o respectivo diálogo com os preceitos contidos na agroecologia. Estas reflexões compõe o material de análise de minha pesquisa de doutorado³, onde busco conhecer as concepções e métodos de trabalho em extensão rural agroecológica desenvolvido por distintas instituições.

Metodologia

As informações apresentadas são oriundas de uma entrevista coletiva semiestruturada realizada com a coordenação e técnicos do escritório regional do CS de Rio Formoso-PE; da observação direta de uma atividade com agricultores e agricultoras do assentamento Serrinha, no município de Ribeirão-PE; e de dados secundários, como publicações da própria instituição (relatórios, cartilhas, sítio eletrônico, etc.).

A atividade acompanhada consistia na fase de diagnóstico do projeto "Caminhos para a sustentabilidade na Zona da Mata" aprovado pela Chamada de Ater nº12/2013 – ATER para Agroecologia. Estavam presentes duas técnicas do CS e agricultores e agricultoras do assentamento Serrinha. Tanto a entrevista quanto a atividade foram realizadas em outubro de 2014.

Resultados e Discussão

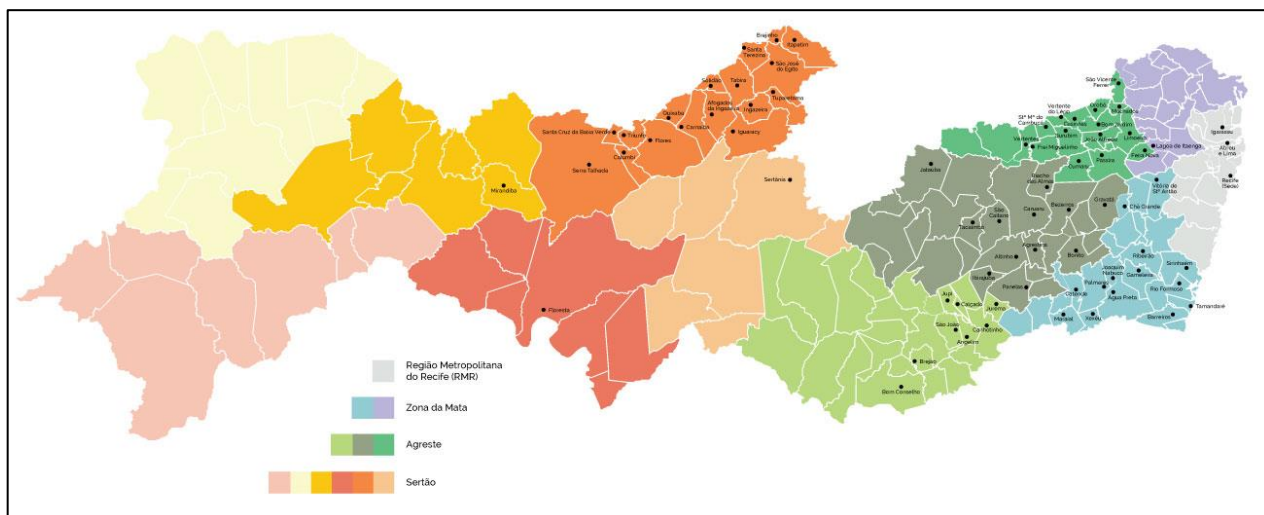
O Centro Sabiá é uma organização não governamental, de natureza técnico-ecológica e educacional, fundada em 1993, com sede em Recife-Pernambuco. Segundo informações coletadas na entrevista, a atuação do CS se estende pelas três regiões do Estado de Pernambuco: a região do sertão, com escritório no município de Triunfo; a região do Agreste, com escritório em Caruaru; a região da Zona da Mata, com escritório

² Em dezembro de 2015, as experiências de Ater do Centro sabiá foram selecionadas para compor um Caderno de Boas Práticas de Ater na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, na categoria Gestão de Ater, como reconhecimento da metodologia desenvolvida pela instituição. Fonte: <http://www.centrosabia.org.br/noticia/governo-federal-reconhece-centro-sabia-pela-gestao-de-ater>

³ Pesquisa de Doutorado em andamento: "Construção do Conhecimento Agroecológico nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural". Programa Interunidades - Ecologia Aplicada, ESALQ-CENA/USP. Apoio CNPQ.

em Rio Formoso; e a região metropolitana, com a sede em Recife. Esta sede conta com uma coordenação geral, uma técnico pedagógica e uma coordenação financeira e cada escritório regional contém uma coordenação territorial.

Na região da Zona da Mata, a atuação da instituição se iniciou em 1994 e no período considerado, atuava em treze municípios, assessorando 520 famílias.



Fonte: <http://www.centrosabia.org.br/onde-atuamos>. Acessado: 20/06/2016

Nas informações disponibilizadas no sítio eletrônico da instituição, as linhas de atuação são apresentadas da seguinte forma⁴:

-Programa Agrofloresta e Economia Solidária: O fortalecimento da agroecologia é um grande objetivo do Centro Sabiá. A estratégia dos sistemas agroflorestais como estratégia produtiva para a agricultura familiar e camponesa, já chegou a mais de 1.000 propriedades rurais em todo o Estado de Pernambuco. Nossa atuação tem sido sempre na perspectiva da autonomia econômica solidária dos agricultores e agricultoras, da soberania e segurança alimentar e do combate às desigualdades;

-Convivência com o Semiárido e Sustentabilidade Ambiental: O desenvolvimento de ações para convivência com o ambiente e para enfrentamento das mudanças climáticas tem ganhado muita relevância no Centro Sabiá. Em especial, temos tido bastante sucesso na implantação de cisternas de placas para garantir o acesso à água para famílias do semiárido. Essa estratégia é aliada à recuperação e manejo da agrobiodiversidade, produção e uso das energias renováveis e acesso aos recursos naturais, tendo sempre como base o trabalho das famílias agricultoras agroflorestais;

-Programa Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial: O Centro Sabiá tem procurado contribuir na elaboração de políticas públicas na perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Para isso, tendo a agroecologia como paradigma do

⁴ As informações a seguir correspondem ao texto, na íntegra, apresentado no website na instituição: <http://www.centrosabia.org.br/programas-institucionais> . Acessado em 20/06/2016.

desenvolvimento territorial, incentivamos a organização dos agricultores e agricultoras em associações, sindicatos e cooperativas. Atuamos em redes como a Articulação Nacional de Agroecologia, a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), a Rede ATER Nordeste e a entidade é filiada à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais;

-Programa Comunicação para a Mobilização Social: O direito à comunicação é visto como prioridade dentro do Centro Sabiá, especialmente para as famílias tantas vezes invisibilizadas no meio rural do nosso país. Desenvolver um processo de comunicação para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, promovendo a visibilidade institucional, a formação dos sujeitos e o acesso a informação para mobilização da sociedade é um dos nossos objetivos.

-Programa Gestão e Desenvolvimento Institucional: Procuramos garantir o crescimento institucional em bases sustentáveis, desenvolvendo capacidades e aperfeiçoando as habilidades da equipe, os mecanismos e instrumentos de gestão, praticando a democracia e a ética na captação, uso de recursos e nas relações institucionais.

Destaca-se nestes dizeres a abordagem da agroecologia enquanto ‘um paradigma de desenvolvimento territorial’, onde os sujeitos, como a própria instituição, Centro Sabiá, propõem-se à organização em redes, em associações e cooperativas. Um direcionamento, portanto, pautado na ação social coletiva. A autonomia e a sustentabilidade não se dão na individualidade e no isolamento, pelo contrário, são dependentes de uma articulação e acordos coletivos, comunitários e éticos. A abordagem territorial traduz o reconhecimento da interdependências entre aspectos ecossistêmicos e socioculturais. A vida se dá numa teia de relações, tudo é delicadamente conectado e a noção de território busca incorporar esta dimensão na proposição e orientação para seu desenvolvimento.

“[...] a gente percebe a agroecologia não só como uma técnica, mas percebe ela como um movimento também. Olha para a dimensão política da Agroecologia. Para mim, a agroecologia é sim um meio, um caminho de mudança” (Técnica do CS);

É com a máxima, "*Plantar mais vida para um mundo melhor, desenvolvendo a agricultura familiar agroecológica e a cidadania*", que a instituição apresenta sua missão, colocando ainda o desafio de interagir com os diversos setores da sociedade civil, na perspectiva de que a sociedade viva em harmonia com a natureza e seja consciente, autônoma e participativa na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável.

Nota-se que esta proposta de atuação dialoga com uma abordagem da agroecologia pautada enquanto um movimento político contra hegemônico que, ao reconhecer a estreita relação entre os modos de produção, as formas de apropriação do trabalho e os impactos socioambientais decorrentes, reivindica formas alternativas de organização e reprodução social, pautadas por valores de justiça social, participação democrática e sustentabilidade. Esta concepção da agroecologia atribui-se as ideias

apresentadas por Sevilla Guzmán que define, objetivamente, a estratégia agroecológica como:

“[...] o manejo ecológico dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico em uma estratégia sistêmica que reconduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismos de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural” (GUZMÁN, 1997:19).

Para Sevilla Guzmán, os elementos fundantes da abordagem agroecológica devem partir de uma perspectiva endógena afim de se fortalecer a construção de identidades socioculturais locais, que, por sua vez, são elementos importantes para a manutenção da biodiversidade (De Biase & Silva Junior, 2010).

Desta forma, a agroecologia na proposição de desenho de agroecossistemas sustentáveis, incorpora em seus princípios uma dimensão sociopolítica, voltada então para o fortalecimento das populações rurais, historicamente, excluídas do processo de desenvolvimento. Por este motivo, destaca-se a importância da participação dos atores sociais na construção deste conhecimento agroecológico, pois, só a partir da participação é que se desvelará o potencial endógeno e sociocultural de cada agroecossistema e, conseqüentemente, o resgate de autonomia e enfrentamento ao processo de exclusão social e deterioração ambiental.

“E a gente tem como estratégia de nossa ação, de nossa proposta metodológica, a construção do conhecimento junto com as famílias e também como estratégia, a construção dos SAFs” (Técnica do CS).

Ao perguntar detalhes sobre o processo de construção do conhecimento (CC), a coordenadora responde:

“Para mim, CC é a junção de conhecimentos. Para mim, não existe um só conhecimento. Não existe uma única forma de se fazer. Para mim, a CC é quando a gente junta o meu conhecimento, com o teu, com o de Pedro, com o de Djones..né? E daí nasce um novo conhecimento...que é particular destes autores que participaram desta construção. Eu acho que a CC não tem receita, não tem modelo...não é só técnica. Acho que construção tem por trás gente...acho que não existe conhecimento sem gente, sem pessoas, sem considerar estas pessoas” (Coordenadora CS).

Ao relatar sobre o método de trabalho, a equipe explica que todas as ações partem inicialmente de um diagnóstico familiar e da comunidade para que todos possam reconhecer as necessidades do território, identificar as prioridades e planejar as atividades.

“Este momento, que é chamado diagnóstico, a gente tem chamado de ‘o coração do projeto’, porque assim, é o momento que a gente vê o que as famílias também percebem, porque tem todo um contexto de frustração, de assistência técnica que vinha, só passava pra assinar papel....tirava o crédito, endividava as famílias e não aparecia nunca mais. Então, as famílias estão podendo vivenciar esta outra perspectiva, de parar, analisar sua realidade, refletir um pouco sobre ela e poder dizer: -Não! A gente precisa concretamente discutir, ter um curso, uma capacitação sobre tais e tais temáticas” (Técnica do CS).

Os intercâmbios também foi apontado como uma ferramenta eficiente na demonstração das possibilidades da agroecologia:

“[...] os intercâmbios seria a forma mais prática das pessoas abrir os olhos. Que é o que a gente usa muito com os agricultores...os intercâmbios. E quando o ‘cabra’ não acredita, a gente leva lá em Djones...que é o pioneiro. O Sabiá iniciou lá. Ele tem um hectare de terra e sobrevive dali muito bem. Quando os agricultores não acredita, a gente leva pra Djones” (Técnico do CS).

Quando indagados sobre os resultados advindos dos serviços por eles conduzidos citou-se a construção de alternativas ao trabalho com as usinas de cana-de-açúcar, propiciada pelos sistemas diversificados de cultivo, que além de garantir a segurança alimentar da família, desenvolve a concepção de autonomia do processo produtivo do trabalho: *“[...] onde você trabalha no que é seu, a hora que você quiser, ter autonomia de cortar, de tirar, de botar aqui, ali...de não ter um patrão ali mandando em você”*.

“Eu vejo assim (como resultado) o próprio conhecimento que as comunidades tem. A autonomia que elas tem de decidir, se quer ir vender na feira, no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Se quer produzir só para se alimentar e sustentar a família” (Coordenadora do CS).

“Tem pessoas participando dos conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, presidentes de associação, entrando em sindicatos...então eu acho que isso tudo é fruto desse trabalho, deste processo” (Coordenadora do CS).

Cita-se ainda o caso de uma família, de uma comunidade quilombola, que antes de iniciarem os trabalhos, tinha como fonte de alimento e renda, apenas a pesca e a mandioca. *“[...] Mas que agora não...de alguns anos para cá, eles tem a macaxeira, tem a batata, tem o inhame, tem o milho para fazer o cuscuz. Tem o girimum pra fazer a farofa”*.

Neste percurso, os desafios identificados pelo CS estão relacionados tanto ao rompimento com toda uma estrutura cognitiva e cultural quanto à desafios de ordem burocrática, relacionados às fontes de recurso acessadas.

A área da Zona da Mata é marcada por uma atuação histórica da presença de usinas e produção de cana de açúcar. As famílias que eles trabalham eram, e algumas ainda são, trabalhadores rurais, empregados das usinas. Então, a partir do momento que houve toda uma crise dessas usinas, com dívidas e fechamento das mesmas, o que foi responsável pela formação dos assentamentos, estas famílias tiveram que aprender a ser agricultores (as):

“[...]E aí as famílias se depararam com esse desafio de deixar de ser trabalhador rural assalariado e ser agricultor, de ter de gerir, né, a sua unidade de produção, seus agroecossistemas” (Técnica do C.S).

Neste sentido, um dos desafios do trabalho de assessoria apontados pelas técnica foi, justamente, o de trabalhar essa construção da autogestão da propriedade pela família, desvinculada do trabalho assalariado:

“[...] Então, assim, o grande desafio desse trabalho é ajudar essas famílias a essa outra perspectiva, que não é do assalariado, mas dono de sua unidade de produção, na gestão dessa unidade de produção” (técnica do CS).

Outro desafio relacionado à esta herança cultural, apontado por uma das técnicas:

“Mas, o grande desafio é a gente desconstruir com esse modelo que historicamente se trabalhou a Agricultura Familiar, num modelo pautado no imediatismo, no paternalismo, no assistencialismo. Hoje a gente se depara muito com essas comunidades que a gente tá chegando agora e quando a gente fala do projeto e as pessoas não entendem logo de cara o que é o projeto e ficam ansiosas para saber, de fato, o que elas vão ganhar...se vão ganhar dinheiro, ganhar galinha, caixa d'água...se vai vir um trator...e aí, a gente tenta mostrar que o caminho é outro. E aí, pra mim esse é o grande desafio dessa ação como um todo. Que a gente possa desconstruir este modelo, de dar, e partir pra um outro modelo onde as famílias sejam protagonistas, que corram atrás, que elas tenham a consciência de que são cidadãos e enquanto cidadãos, corram atrás de seus direitos, que lutem, briguem e pautem” (Técnica do CS).

Ao perguntar à equipe como eles estão tentando, na prática fazer essa desconstrução, a coordenadora regional responde que é mostrando às famílias que tudo que chegar na comunidade será através de um trabalho conjunto entre a assessoria do CS e as famílias da comunidade:

“A gente não vai chegar com nada pronto. Mas a gente tá aberto para construir, pra ir junto, atrás de financiamento, de projeto, pra que aquilo se concretize na comunidade...partindo de uma necessidade concreta, não uma coisa que vem assim...e aí depois não funciona e vire um elefante branco” (Coordenadora do CS).

Outro desafio colocado foi da resistência das famílias em aceitar algo tão diferente, como os SAFs, visto a tradição do monocultivo da cana-de-açúcar, do trabalho assalariado e na produção de roçados, porém com baixa diversidade.

“[...] tem um agricultor, que foi o primeiro agricultor a começar a trabalhar com Safs e a criação de apicultura, lá em Bom Jardim, foi o agricultor Rafael, que até hoje recebe a assistência do Centro Sabiá. E ele conversando com a gente, ele diz que quando o grupo de professores, de pesquisadores chegou e começaram a conversar com ele lá... ele disse que começava a fugir, né? [...] Aí, ele disse que dizia: - Não... mas vamos deixar para outro dia; -"Deixe para outro dia, agora não, tá muito cedo. [E o professor respondia]: - “Não, mas me dê um pedacinho aqui pra plantar, pra ver se dá certo”. [...] O agricultor não tinha o facão, aí ele (professor) chegava: “-Ó Rafael, aqui ó, trouxe o facão aqui pra você” Aí ele disse que o professor trouxe a caixa de abelha, com tudo, deixou na casa dele. Ele disse que começou a trabalhar com agroecologia, com o SAF, tipo livre, espontânea pressão. Porque assim...chegou devagarinho, querendo chegar, entrar, conversar. E ele disse que quando começou a trabalhar, que viu que dava certo, começou a incentivar as outras famílias a trabalhar, né?!” (Técnica do CS).

Um dos técnicos presentes aponta como um desafio a resistência também dos próprios técnicos, que às vezes, não acreditam na proposta da agroecologia. E faz referência ao curso técnico em Agroecologia, onde os próprios professores não acreditam na proposta da área: *“[...] a gente aqui fala muito da questão do curso técnico, de tecnólogo que existe aqui, em agroecologia, no campus aqui de Barreiro...e que os próprios professores que dão as aulas, não acreditam. Acho que de 20 alunos, 5 ou 6 acredita na agroecologia de fato” (técnico do CS).*

Outro desafio apontado foi a demora na liberação dos recursos referente ao projeto: **Caminhos para a Sustentabilidade na Zona da Mata**, viabilizado pela Chamada Pública de Ater nº12/2013 – ATER para Agroecologia. O trâmite, que passa pela realização das atividades, encaminhamento para aprovação do fiscal do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), emissão da nota fiscal pela prestação do serviço e a efetivação do pagamento, demanda tempo considerável e se torna financeiramente insustentável para a situação das ONGs, que têm que arcar com todas as despesas das atividades iniciais e de pagamento de pessoal, tornando financeiramente insustentável.

Contudo, apesar desta ineficiência na liberação dos recursos, esta Chamada Pública de Ater foi avaliada positivamente pela equipe em vários aspectos:

“[...] essa chamada pública, ela é de 3 anos. Isso já é uma conquista desse movimento que foi feito. Porque as outras chamadas, elas eram de 12 meses e essa chamada ela já é de 3 anos, e ela não vem com as atividades pré-definidas, como as outras que vinham já com tantos dias de campo, tantas visitas técnicas, tantas oficinas de produção de banana...dependesse de que cadeia produtiva era a chamada, né? Essa chamada ela vem com os seis primeiros meses pré-definidos, que a gente chama de

atividade pré-fixada. Essas atividades vão desde a mobilização destas famílias, reunião para selecionar as famílias, reunião com as famílias selecionadas. Depois tem uma visita, que é uma atividade individual, que é chamada de caracterização da UFP, que é unidade familiar de produção. Então tem essa visita que é individual a cada família e essas atividades elas culminam com o diagnóstico, que é um diagnóstico comunitário. E é a partir desse diagnóstico que a gente vai tá construindo junto com as famílias, num planejamento municipal que tem futuramente, quais as ações que a gente vai estar desenvolvendo nestes 3 anos” (Técnica do CS).

“[...]porque essa chamada pública tem um diferencial das outras chamadas que vem sendo lançada desde 2003...essa chamada foi construída juntamente com os movimentos sociais...então, o Centro Sabiá pôde participar da construção desse edital...já com um olhar mais crítico acerca das primeiras chamadas que foram lançadas em 2010. E aí essa ação, ela vem pra fortalecer todos os outros projetos que a gente tem em andamento” (Técnica do CS).

Este edital - nº 12/2013 foi lançado em outubro de 2013 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para seleção de projetos de ATER com foco na Agroecologia, cujo objetivo era *“consolidar e ampliar os processos de transição agroecológica existentes promovendo o desenvolvimento local e territorial assim como, os processos organizativos dos agricultores e agricultoras familiares que encontram-se em diversos estágios de transição para agriculturas mais sustentáveis”*(BRASIL, 2013).

Conforme apresentado nas falas, este edital favoreceu e/ou abordou aspectos pertinentes à consolidação da agroecologia na extensão rural. Um aspecto seria a questão do tempo que, diferentemente das chamadas anteriores, esta tinha um tempo de duração de três anos. *“Neste sentido, é válido destacar que quando se trata de uma ATER como processo educativo, cuja finalidade é a busca da ampliação dos processos de transição agroecológica já existentes, o tempo é quesito primordial para o início de um processo que seja educativo e continuado”* (Santos et al.,2015).

Esta questão do tempo é apresentada por vários autores da extensão rural, que ao reconhecerem o importante papel do serviço na construção de processos horizontais e dialógicos com o público beneficiário, relacionam o tempo de trabalho nas comunidades como algo condicional para o estabelecimento de laços de confiança, conscientização, comprometimento e motivação de ambas as partes na condução das atividades.

A transição agroecológica é um processo que demanda tempo. Tempo necessário para que haja comunicação, compartilhamento de ideias, sensibilização, transformação e mudanças. A agroecologia não se traduz em um rol de técnicas (se assim o fosse a transição não levaria tanto tempo), e sim num modo de viver, onde está implícito a relação com o ambiente natural, com a economia, com a sociedade, com as diferenças, algo, portanto, que não se constrói no imediatismo, mas num contínuo processo de reflexão, ação e reflexão. Não é um modelo pronto, mas um modelo que se orienta ou responde à princípios/valores de sustentabilidade, de participação democrática e segurança e soberania alimentar e nutricional (Lacey, 2015).

Ao analisar o edital desta chamada pública pode-se constatar a existência de diversos elementos que convergem para a consolidação dos princípios agroecológicos, iniciando pelos objetivos e expectativas de tal instrumento:

“Pretende-se com esta Chamada Pública de Ater contemplar a diversidade da agricultura familiar, incluindo os/as beneficiários/as da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, considerando que a base para a promoção da agroecologia são os processos de desenvolvimento local, protagonizados pelos/as agricultores/as familiares inseridos/as em seus territórios” (Chamada Pública nº 12/2013, p.16).

“[...] a presente chamada pública visa incrementar, fortalecer e difundir os sistemas de produção agroecológica, orgânica e o agroextrativismo sustentável para as unidades familiares tendo como objetivo a segurança alimentar, a melhoria de renda capaz de produzir a autonomia econômica, social e organizativa, de forma a ampliar a inserção desses agricultores no mercado e ampliar a oferta de alimentos seguros para a sociedade” (Chamada Pública nº 12/2013, p.4).

Outro fator que se diferencia nesta chamada é a ampliação do público beneficiário ao incluir, além da agricultura familiar⁵, público da reforma agrária e povos tradicionais como quilombolas e pescadores artesanais. Ressalta-se também a prioridade dada ao atendimento às mulheres (mínimo de 50%) com orientação para a qualificação da participação da mulher nos processos de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia, contribuindo para a maior autonomia pessoal, política e econômica das mulheres rurais.

Do ponto de vista metodológico, a Chamada de Agroecologia busca romper com a lógica do extensionismo difusionista que tem como base a assistência individual, em que os/as técnicos/as são os/as detentores/as do conhecimento e das soluções técnicas que serão transmitidas aos agricultores/as. Para isso, são priorizadas metodologias participativas de construção do conhecimento agroecológico, a realização de diagnósticos e atividades coletivas (Chamada Pública nº 12/2013, p.16).

Outro aspecto diferenciado desta Chamada de ATER é que esta não foi lançada com as ações e atividades já pré-determinadas pelo MDA, assim como foram as chamadas públicas anteriores. As atividades do projeto são divididas em dois tipos: Pré-fixadas, que são referentes à reuniões de articulação com parceiros locais; e as atividades Variáveis, referentes à mobilização e reuniões com as famílias, diagnósticos individuais e coletivos, caracterização das UPF, planejamento, atividades, avaliações, etc. O diferencial é que não há indicação de quais atividades devam ser conduzidas, sendo estas só determinadas após diagnósticos e planejamento com o público beneficiário, permitindo assim a livre construção coletiva de conhecimentos, práticas, formas de organização e gestão.

A fala do agricultor, José, do município de Taquaritinga do Norte evidencia a importância e a potencialidade dessa construção conjunta com as famílias:

⁵ O edital segue a definição de agricultor familiar conforme o art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006;

“Um fator importante nesta Chamada Pública é a construção coletiva dos processos vivenciados entre a equipe técnica e as famílias beneficiárias, o que tem garantido um olhar específico para cada sistema de produção, comunidade, município e território e, sobretudo considerando todo o acúmulo, necessidades, potencialidades e desafios a serem superados pelas famílias” (Santos et al,2015, p.9).

“As ações que foram pré-fixadas pelo MDA foram todas no sentido de garantir a realização de diagnósticos e leituras da realidade das e com as famílias. Os momentos de levantamento das informações duraram em média 07 meses e puderam ser realizados de forma individual (por família) e coletivos. Nas atividades individuais buscou-se realizar a caracterização de cada unidade produtiva familiar e nas atividades coletivas a perspectiva foi de realizar análise e leituras a partir de uma posição problematizadora da equipe técnica acerca das comunidades e territórios” (Santos et al.,2015, p.07).

Porém, outro desafio apontado pelo CS refere-se justamente à caracterização das Unidades de Produção Familiar – UPF, onde exige-se a aplicação de um questionário sobre informações censitárias, porém destituído de espaços e meios em se estabelecer um momento de diálogo e reflexão junto às famílias. Desta forma, as informações levantadas nos questionários não retornaram para que as famílias se apropriassem e refletissem sobre suas realidades.

Sobre as orientações da Chamada para composição da equipe técnica destaca-se a formação multidisciplinar, a presença de mulheres (mínimo de 30%), a possibilidade de contratação de *agricultores formadores* na equipe técnica como possíveis substitutos de profissionais de nível médio, a experiência em metodologias participativas, em abordagem de gênero e mobilização juvenil. Apresenta-se ainda, como caráter preferencial do perfil deste técnico, ser formado em instituições ou centros familiares de formação por alternância, e de escolas e institutos que promovem a educação do campo.

“Nesta equipe da chamada pública nós temos três agricultores que estão cadastrados no ministério como agricultores multiplicadores. Então eles entram na equipe como sendo da equipe técnica mesmo. Isso faz um grande diferencial de diálogo, de agricultor para agricultor” (Coordenadora do CS).

Esta breve análise da Chamada Pública - nº12/2013-Ater para a Agroecologia, com a apresentação de seus objetivos, orientações metodológicas, público beneficiário e perfil da equipe técnica revela o reconhecimento e valorização do potencial endógeno e dos saberes locais, como também seu propósito de construção de maior autonomia nas comunidades, protagonismo social, soberania alimentar e sustentabilidade ambiental. Destaca-se que o referido edital, surge após ser instituída a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica (PNAPO) e contou com a contribuição de diversas organizações da sociedade civil na sua elaboração.

Contudo, segundo Santos et al. (2015, p.9) as demais chamadas públicas permanecem, em sua maioria, “sendo lançadas num formato rígido e com ações pré-

determinadas, o que não proporciona o desenvolvimento de processos educativos, libertadores e de construção do conhecimento”.

Considerações finais

Pode-se verificar que a perspectiva de atuação da instituição, sua utopia, está voltada para a construção de uma relação ‘harmoniosa’ das sociedades com o ambiente, refletindo sua orientação ou posicionamento contrário às formas predominantes de ocupação e produção nos territórios.

Esta orientação e missão do trabalho é vinculada à Agroecologia, vista então enquanto um meio para a mudança, um *paradigma de desenvolvimento territorial*. Pode-se verificar a relação da agroecologia com um projeto político de sociedade; a associação entre identidade, cultura e território com a manutenção da agrobiodiversidade e sustentabilidade socioambiental; adoção de métodos participativos e dialógicos; potencialidades relacionadas com o alcance da soberania alimentar e desafios com a construção da autogestão das propriedades como forma de dissociação das famílias com o trabalho assalariado. Constata-se que a extensão agroecológica conduzida pela instituição busca a transformação do atual cenário socioambiental e político por meio de um método de trabalho orientado à participação democrática e contextualização histórico-cultural, com objetivos de empoderamento e autonomia das famílias do campo.

Neste sentido, esta orientação pela Agroecologia está, de fato, promovendo processos diferenciados do paradigma moderno ocidental. Pois, ao propor uma abordagem holística e multidimensional da realidade, a construção de novos conhecimentos através do diálogo de saberes e se posicionar enquanto uma opção política contra a dominação e a exploração, Agroecologia reflete uma proposta de superação do modelo agrícola e de desenvolvimento hegemônico.

Desta forma, muito além de orientações técnicas para uma produção agrícola de baixo impacto ambiental, a agroecologia incorpora em seus princípios uma dimensão sociopolítica voltada para o fortalecimento das populações rurais, historicamente excluídas do processo de desenvolvimento. Para tanto, objetiva o fortalecimento dos indivíduos enquanto protagonistas de suas ações, busca a consolidação de relações sociais e econômicas justas e solidárias, respeita e defende as questões culturais, éticas e de gênero inerentes ao contexto e ao agroecossistema local.

Assim, tanto os métodos empregados para a condução das atividades, quanto os resultados identificados dialogam com a perspectiva de reversão deste cenário através do fortalecimento da organização social local, capaz de garantir a soberania e segurança alimentar e nutricional, a autonomia e a sustentabilidade ambiental.

Essa constatação permite aferir que as políticas públicas de Ater agroecológica devam se orientar mais a para a construção de processos horizontais de comunicação e construção de conhecimentos e práticas, do que pela promoção de oportunidades de inserção ao mercado e reprodução do paradigma desenvolvimentista no campo.

Referências Bibliográficas

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Org: CAPORAL, F.R.– Brasília, 2009, 111 p.

DE BIASE, L. SILVA JUNIOR, R. D. Diálogos entre Agroecologia e Antropologia. Curso de Fundamentação para Projetos em Agricultura Sustentável, 2010

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, 5(1): 3-23, 2010.

GUZMÁN, E. Sevilla. Orígenes, evolución e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

LACEY, H. A agroecologia: uma ilustração da fecundidade da pesquisa multiestratégica. Estudos Avançados, São Paulo, v.29, n.83, p.175-181, 2015.

MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; NASCIMENTO, E. P. (Org.). O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, B. S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, A.A.; FRANÇA, E. G.; BARROS FILHO, J. A. L. ATER para a Agroecologia - Caminhos para a sustentabilidade no Agreste, Sertão do Pajeú e Zona da Mata Sul de Pernambuco. Sistematização de Experiência apresentada para seleção de Boas Práticas de ATER que irá compor o caderno “Boas práticas de ATER na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária” do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E.; GONZÁLEZ DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). El campo y la ciudad. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios).